

Articulando a nossa Ética Profissional

Tenente-Coronel Brian Imiola, Ph.D., Exército dos EUA, e
Major Danny Cazier, Exército dos EUA

“Divorciadas da ética, a liderança fica reduzida à gestão e a política, à mera técnica.”

—James MacGregor Burns

HÁ MUITO O Exército funciona sem uma expressão formal da sua ética profissional. Entretanto, várias pessoas ligadas à profissão das Armas têm questionado abertamente se é prudente, ou mesmo possível, tentar formalizar uma “ética profissional militar” (EPM). É justamente isso, porém, que o Exército vem se empenhando em fazer. Ele tem promovido esforços para expressá-la, incentivando o debate aberto sobre o tema com indagações sobre a natureza e o conteúdo da ética profissional militar norte-americana. Apresentamos algumas opiniões que, esperamos, irão enriquecer o debate e a investigação sobre o tema.

Constatamos que o etos vem se tornando um tema cada vez mais comum em função do destaque do “etos do guerreiro”, no Credo do Soldado.

Resumidamente, propomos que qualquer análise da ética profissional militar leve em consideração o seguinte:

- Afirmamos que todo esforço para desenvolver um código de ética deve estar sujeito às restrições da moral objetiva preexistente.

- Como ética é um conceito objetivo, uma ética profissional não pode divergir radicalmente do código moral que deve reger toda a humanidade.

- Embora não seja radicalmente diferente, a ética de uma profissão serve a um público específico. Sua expressão deve ser útil para tal público.

- Uma ética é expressa com uma finalidade. Um dos principais objetivos de expressar a nossa ética profissional é promover o desenvolvimento moral dos nossos soldados. Portanto, ela deve ser apresentada de modo que lhes seja permitido internalizá-la.

Uma EPM Deve ser Normativa e Não Pode ser Criada

O Manual de Campanha 1, *O Exército* (FM 1, *The Army*) afirma: “As profissões criam seus próprios padrões de desempenho e códigos de ética para manter sua eficácia”. Uma assertiva problemática como essa — por diversos motivos — demanda uma análise. Antes disso, é preciso esclarecer o que é *ética* e o que é *etos*. Constatamos que o *etos* vem se tornando um tema cada vez mais comum, em função do destaque do “etos do guerreiro”, no Credo do Soldado. Dada a semelhança do termo *etos* com *ética*, muitos logo confundem os dois. Entretanto, salvo o fato de terem a mesma origem etimológica, as duas palavras possuem pouco em comum.

A ética responde a perguntas sobre o certo e o errado. Ela deriva de características imutáveis da natureza humana. O *etos* reflete o espírito de uma organização ou o espírito que ela busca inculcar em seus integrantes. Ele deriva da postura ou de metas compartilhadas da organização. Não há uma relação essencial entre os dois termos. Um *etos* não é necessariamente ético. Pode-se

O Tenente-Coronel Brian Imiola, Exército dos EUA, é professor no Departamento de Inglês e Filosofia da Academia Militar dos EUA. É doutor em Filosofia pela University at Buffalo. Serviu na Somália, Haiti, Turquia e Iraque.

O Major Danny Cazier é professor adjunto de Filosofia na Academia Militar dos EUA. É mestre em Filosofia pela Virginia Tech. Seus atuais interesses de pesquisa são as Éticas Profissional e Militar.

Departamento de Defesa, Sgt D. Myles Cullen, Força Aérea dos EUA.



Soldados da 3ª Divisão de Infantaria do Exército dos EUA prestam continência durante cerimônia de realistamento no Camp Liberty, no Iraque, 17 Jul 07.

imaginar um *etos* nazista e o que ele acarretaria. Um *etos* que vise a ser ético estará sujeito a uma análise para determinar se ele o é de fato.

A ética em si não está sujeita a essa análise. Não faria sentido perguntar se a ética é ética, mas faz sentido questionar se um código de ética específico representa devidamente as responsabilidades morais de uma pessoa. O que se almeja, quando se busca uma ética profissional, é a melhor compreensão dos princípios que devem determinar nossa conduta, não o espírito ou a mentalidade que a influenciam. Com isso em mente, nossa meta deve ser cultivar um *etos* que reflita a nossa ética, de forma deliberada. O que realmente queremos é que o autêntico espírito da nossa organização reflita nossas obrigações morais.

A ética é *normativa*, o que significa apenas que ela nos diz o que devemos fazer. Ela advém da nossa natureza humana comum, incluindo características-chave, que definem que seres somos. Somos seres racionais e sociais. Como a moral deriva da nossa natureza humana, não

podemos *criá-la*, mas apenas nos empenhar em descobrir ou discernir o que ela determina e, então, agir em conformidade com isso. Se isso parece surpreendente, considerem-se documentos importantes, como a Declaração da Independência dos EUA, a Carta de Direitos dos EUA e a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, de 1948. Eles se concentram em direitos “inalienáveis”. Exemplos incluem o direito à vida e à liberdade. Eles também se baseiam no fundamento de que todos os seres humanos nascem livres e iguais. Nenhum desses documentos teve a pretensão de criar esses direitos. Eles já existiam, com base em princípios preexistentes. Os documentos apenas os discernem e os descrevem, de modo a influenciar e a guiar nossa conduta.

Não estamos criando novos princípios quando tentamos expressar nossa ética profissional. Em vez disso, buscamos descrever com precisão os princípios éticos preexistentes, de modo que possam orientar a conduta em nossa profissão. Os cientistas não criam leis físicas. Eles as descobrem. Eles tentam, então, descrevê-las da

forma mais precisa, clara e útil possível. A tarefa de desenvolver uma ética profissional militar se baseia no mesmo princípio. Não estamos *criando* imperativos morais. Estamos apenas *identificando* imperativos que já existem. Ao se desenvolver uma ética profissional militar, a descrição deve suceder a descoberta. A descrição dessa ética deve representar a nossa descoberta, com precisão, e ilustrar como os seus princípios se aplicam à nossa profissão.

Parece-nos difícil conciliar o nosso trabalho de identificar e descrever uma ética profissional militar com a alegação do Manual de Campanha 1 de que “As profissões criam seus... códigos de ética para manter sua eficácia”. Podemos concordar com a primeira parte dessa assertiva, apenas na medida em que se entenda que o que está sendo criado não é a própria ética e sim, uma *representação* dela — da mesma forma que um artista não cria o tema em si, mas uma ilustração do tema. A segunda parte da assertiva, no entanto, é mais problemática. A finalidade da ética é guiar a conduta em direção a um ideal moral, e não apenas manter a eficácia. Como pode a eficácia servir como ponto de partida adequado para um autêntico código de *ética*?

Um código, cujo objetivo básico seja simplesmente atingir a eficácia, irá funcionar bem tanto para o combatente justo quanto para o injusto. Talvez seja eficaz mentir para os nossos soldados para conquistar seu apoio a uma guerra injusta. Talvez, também, seja eficaz adotar uma política que ignore um alto índice de baixas civis em determinadas situações, para conservar o poder de combate e a efetividade. Nossa ética profissional militar deve apontar verdadeiramente para a conduta ética e não para a mera conveniência.

Uma EPM Deve Refletir Códigos Morais que Regem Todos os Seres Humanos

A ética profissional militar do Exército não pode divergir radicalmente do código moral que deve reger todos nós, como seres humanos. Todos temos certas responsabilidades morais, coisas que devemos fazer e coisas que não podemos fazer, uns aos outros. Nossas habilidades especiais e as promessas que fazemos aos outros ajudam a determinar nossas responsabilidades morais.

Nessas duas áreas, as profissões são diferentes do resto da sociedade. Cada profissão representa um conjunto de competências — ou habilidades — especiais. Um grupo de profissionais “professa” estar pronto a desempenhar um serviço essencial específico à sua clientela. Essa “profissão” é uma promessa implícita. Assim, ao estarem especialmente preparados para exercer uma função específica e ao terem anunciado sua determinação nesse sentido, os profissionais incorrem em maior obrigação de desempenhar esse papel do que o público. Vale observar que essa diferença entre a ética profissional e a moral em geral é de *grau*, e não de *gênero*. Os profissionais têm maior obrigação moral de realizar certas ações em relação aos demais na sociedade, mas não têm a licença para agirem de forma diversa da que se permite moralmente a estes. Não há nada de fundamentalmente diferente nos fatores basilares que determinam as responsabilidades éticas dos profissionais.

Para ilustrar essa observação, considere-se a obrigação moral de salvar uma criança que esteja se afogando. Todos temos tal obrigação. Contudo, caso o resgate exija que se saiba nadar, apenas aqueles capazes de fazê-lo terão essa obrigação. Simplesmente, uma pessoa não pode ter a obrigação de tomar uma ação para a qual não esteja habilitada (na verdade, quem não souber nadar continua a ter a obrigação de fazer o possível para apoiar o resgate da criança, pedindo ajuda, jogando uma corda ou efetuando algum outro tipo de intervenção). Pelo mesmo raciocínio, os que forem bons nadadores certamente terão uma obrigação moral ainda maior. Contudo, à parte da questão de capacidade, um salva-vidas tem uma obrigação de resgatar os que estiverem se afogando maior do que a do público em geral. Isso porque, ao ocupar tal posição, ele professou (fez uma promessa implícita) ao público que tentaria salvar os que estivessem se afogando. Assim, sua obrigação é maior do que a de qualquer outro cidadão no local, cujas habilidades de salvamento sejam idênticas às suas. Esse cenário sugere que a responsabilidade do salva-vidas de resgatar os que se estiverem se afogando é maior que a do público em geral tanto por causa do seu conjunto de competências especiais, quanto

Força Aérea dos EUA, Sgt David H. Lipp



Uma militar da Força Aérea dos Estados Unidos ajuda a admitir pacientes e a controlar a entrada na Clínica Governamental do Mercado de Mallam-Atta como parte do Exercício de Assistência Médica Humanitária das Forças Combinadas de 2006, em Acra, Gana, 14 Set 06.

por haver “professado” seu papel. Assim, o salva-vidas tem a obrigação moral de obter as habilidades, os conhecimentos, os equipamentos, etc. necessários para salvar nadadores em perigo. Mais uma vez, por ter declarado sua determinação de prestar esse serviço, ele incorre na obrigação de se preparar e de se manter pronto para cumprir a promessa implícita. Ainda assim, a obrigação do salva-vidas, embora maior em grau, é do mesmo gênero daquela que o público já tem.

Essas duas características — um papel ou relacionamento especial e uma habilidade especial — não podem gerar obrigações morais diferentes em gênero das que as pessoas já têm umas para com as outras. As habilidades especiais apenas aumentam as nossas obrigações em relação aos outros. Elas não alteram fundamentalmente o caráter de tais obrigações. E a nossa relação com o público em geral não nos autoriza a fazer coisas que seriam erradas se ele as fizesse. Comprometer-se a fazer algo errado seria imoral. Assim, se um determinado

papel ou um relacionamento pressupõem a obrigação de cometer algo errado, então seria imoral assumi-los. Ato que sejam moralmente inadmissíveis não podem ser convertidos em algo moralmente certo em virtude da condição profissional de uma pessoa, da mesma forma que atos imorais não podem se tornar obrigatórios, ao prometer-se realizá-los. Não se pode, simplesmente, ter uma obrigação moral de cometer algo imoral, não importa o papel ou relacionamento que se tenha.

Alguns podem contestar, afirmando que um policial que emprega a força para apreender alguém faz algo que a sociedade em geral não tem liberdade para fazer. Contudo, mesmo que seja verdade, até certo ponto, isso não prejudica o argumento. Um policial extrai sua autoridade moral para empregar a força da sua autoridade moral para proteger inocentes. Ademais, a sociedade lhe transferiu a autoridade natural que tem para se proteger. Assim, o policial não está fazendo algo fundamentalmente diferente do que os cidadãos têm o direito natural de fazer.

Uma EPM Deve ser Expressa como Princípios

Uma expressão funcional de uma ética profissional deve ser declarada em termos acessíveis para todos os membros da profissão que busca servir. Caso contrário, não terá grande valor para essa profissão. Para que seja útil para uma grande parcela da nossa profissão e em todo o espectro das atividades militares, precisamos declarar qualquer expressão funcional da nossa ética profissional sob a forma de princípios, em vez de “valores” ou de regras. Esse não é um pequeno desafio, se considerarmos a grande diversidade dentro da nossa profissão militar com respeito à formação acadêmica (desde a conclusão do supletivo até vários cursos de ensino superior), à maturidade (de cabos adolescentes a graduados e oficiais com mais de 50 anos) e à motivação para o serviço (jingoísmo, patriotismo, bolsas de estudo para cursar a faculdade, interesse técnico em um campo específico, aprendizado de um ofício). A complexidade e a diversidade da nossa profissão provavelmente não podem ser equiparadas às de qualquer outra profissão. Em termos de perícia técnica, abarcamos uma gama tão ampla de competências (nas diversas Armas) que talvez sejamos mais bem descritos como uma aliança de várias profissões, em vez de uma profissão homogênea. Isso levou alguns a questionarem se há uma única ética militar ou se as Forças Armadas têm várias éticas.

Nossa profissão fica mais bem servida por uma única expressão da nossa ética profissional. A função fundamental de uma ética profissional é oferecer orientação para as ações a um grupo de profissionais. Ela deve enriquecer-lhes a compreensão em relação às suas obrigações morais. Deve ajudá-los a determinar o que é moralmente exigido em seu papel específico. Deve descrever a ação certa no contexto da profissão. Talvez o mais importante para os nossos presentes objetivos, porém, é o fato de que uma ética profissional deve unir a profissão em torno de um propósito. A melhor forma de alcançarmos isso é por meio de uma única expressão da nossa ética. Além disso, como uma ética profissional não difere radicalmente do código moral ao qual já estamos obrigados, não se deve esperar encontrar diferenças radicais nas obrigações morais dos vários elementos da nossa profissão.

Nosso principal desafio é determinar a melhor forma de comunicarmos essas obrigações a todos em nossa profissão.

Considerando a diversidade das nossas forças militares e a função de uma ética profissional, conclui-se que qualquer expressão prática da nossa ética profissional militar deve ser:

- Clara e sucinta, para que seja facilmente compreendida e lembrada.
- Abrangente, de modo que ofereça orientações morais suficientes para os soldados norte-americanos.
- Educativa, de modo que promova um entendimento verdadeiro do caráter das nossas obrigações morais profissionais e influencie o juízo moral em novas situações.
- Inspiradora, de modo que motive os soldados a alcançá-la.

Os dois primeiros critérios parecem razoavelmente autoevidentes e fáceis de entender. Os dois últimos merecem ser discutidos. Não se pode expressar nossa ética em termos de valores ou regras e esperar que ela seja educativa e inspiradora.

O argumento contra os valores. Embora valores sejam essenciais à moral, a forma pela qual os expressamos é vaga demais para oferecer orientação de como agir, por si só. Por exemplo, o valor “respeito” não oferece orientação alguma se não for mais bem definido e desenvolvido. Embora todos tenhamos uma compreensão geral dos valores, não compreendemos claramente com quais ações esses valores nos comprometem. Ou, mais simplesmente, não fica claro o que os valores exigem. Nossa atual abordagem no formato de “Valores do Exército” reconhece implicitamente que um valor, por si só, é insuficiente para orientar a ação. Ao apresentar os Valores do Exército, o Manual de Campanha 6-22 “Liderança do Exército” (FM 6-22, *Army Leadership*) vai além de simplesmente citá-los. Ele tenta convertê-los em princípios orientadores da ação. Comenta os tipos de ação que tais valores podem exigir. Por exemplo, relata que a lealdade requer que se tenha “lealdade à Constituição dos Estados Unidos, ao Exército, à sua Unidade e aos outros soldados”. Esse esforço para conferir significado aos valores reflete como eles são, por si só, insuficientes como orientadores da ação e como educadores dos profissionais.

Devido ao caráter vago dos valores, os soldados podem interpretá-los de maneiras que gerem conflitos irreconciliáveis, ao tentarem utilizá-los como base para decisões. Muitos valores sequer são valores morais objetivos, mas instrumentais. Os valores morais objetivos melhoram verdadeiramente a ação, quando respeitados. Os valores instrumentais simplesmente auxiliam o cumprimento de uma causa particular. Para ilustrar essa observação, considerem-se os valores da coragem pessoal e da lealdade. Eles parecem ser valores adequados, mas podem ser facilmente empregados na busca de fins imorais. A coragem, por exemplo, torna um ladrão de bancos ainda mais perigoso à sociedade do que se ele não a possuísse. A lealdade torna o crime organizado uma ameaça mais perversa do que se os seus membros fossem desleais a uma gangue ou à máfia. Até mesmo indivíduos envolvidos em atividades ilícitas acham a coragem e a lealdade úteis. E sua conduta torna-se ainda mais imoral por haverem explorado esses valores.

O argumento contra as regras. Vale observar, também, o argumento contra as regras. Primeiro, uma relação de regras nunca seria suficientemente longa para registrar tudo o que se deve ou não fazer. Segundo, qualquer lista de regras — se aplicada — na verdade só se aproximaria de mais um código legal. Daria margem à interpretação voltada a aspectos legais e a manobras. Não só já temos um código legal adequado (Código Uniforme de Justiça Militar), como nossa ética não deve ser relegada à condição de lei. A lei determina o que fazer para evitar uma punição, mas, em última análise, não diz o que se *deve* fazer. Terceiro, as regras são impotentes se não houver imposição. Quando impostas, a principal motivação para segui-las é o mecanismo de imposição (ou seja, a punição). No campo de batalha atual, os soldados muitas vezes operam de forma independente. A perspectiva de punição é remota demais para guiá-los, especialmente quando não têm a certeza de que sobreviverão para recebê-la. As regras simplesmente não serão capazes de compelir um soldado a adotar a devida conduta se ele já não for alguém preocupado em agir corretamente.

Por fim, as regras não educam. Elas afirmam o que se deve ou não fazer, mas não dizem o *porquê*. Isso se deve ao fato de que elas são específicas a alguns casos, sem possuírem implicações aplicáveis aos demais.

O argumento em prol dos princípios. Se os valores e as regras são fracos candidatos para expressar nossa ética profissional militar, o que nos resta? Entre os valores e as regras estão os princípios. Eles são menos vagos que os valores e menos específicos que as regras. Expressam verdades morais genéricas, mas continuam a defender ou a condenar tipos de ação específicos. Oferecem uma orientação geral, ao mesmo tempo em que exortam os membros da profissão a exercerem sua capacidade de discernimento, ao aplicá-los com maior precisão do que seria possível com os valores ou com as regras. Defendemos que os princípios são o veículo adequado para expressar nossa ética profissional.

Os princípios educam. Eles oferecem melhor orientação para a ação do que valores vagos ou regras aplicáveis de forma restrita. Como eles se aplicam a categorias de ação, não são necessários muitos deles. Funcionam melhor do que regras específicas, porque educam.

Cobrem uma infinidade de casos e, assim, oferecem um entendimento do elemento comum a todos eles. O princípio envolvido explica o caráter correto ou incorreto. À medida que os profissionais amadurecerem, o mesmo ocorrerá em relação à sua compreensão do que os princípios requerem.

Os princípios também promovem a autonomia de decisão, a marca de uma profissão (as regras, por outro lado, o eliminam — essa é a marca da burocracia). Como eles educam e passam a exigir o uso do próprio critério, os princípios incentivam uma conduta melhor do que o fariam as regras. Por exemplo, o respeito é um valor essencial. Contudo, mesmo que chegássemos a um consenso quanto ao significado do respeito, isso não geraria automaticamente qualquer orientação para a ação, até que convertêssemos o respeito em um princípio moral. Além disso, há uma série de princípios morais que podem, plausivelmente, derivar do valor *respeito*. Alguns são compatíveis, enquanto outros se chocam.

Algumas possibilidades são relacionadas a seguir:

- Enxergar os outros como tendo o mesmo valor que você.
- Tratá-los da forma como devem ser tratados.
- Não prejudicar ninguém (incluindo os culpados) infundadamente.

- Demonstrar consideração adequada aos superiores.

- Exigir atenção à missão e respeitar o poder legítimo.

Saber quais ações são requeridas por um valor específico requer considerável reflexão, compreensão e sensibilidade a outros valores relevantes.

Defendemos que se deve entender que o *respeito* exige, entre outras coisas, *evitar causar o mal desnecessário*. Esse parece ser o tipo de orientação que pode guiar a ação sem ditá-la. Em outras palavras, ela oferece orientação, mas continua a exigir que o soldado empregue o seu próprio critério. Se optássemos por negar o uso do próprio critério aos soldados, poderíamos converter o princípio do respeito em uma série de regras. Algumas possibilidades são relacionadas a seguir:

- Não empregar munição contendo veneno.
- Não lançar munição a menos de 500 metros de áreas construídas.
- Não empregar herbicidas, exceto para controlar a vegetação no entorno imediato de perímetros defensivos.

Cada uma dessas “regras” ilustra sua inadequação geral. A primeira comunica ao soldado que ele não deve empregar munição contendo veneno. Contudo, como ela não explica por quê, o soldado não compreende automaticamente que ele também não deve empregar munição que tenha sido modificada. Assim, seria preciso acrescentar uma proibição separada para projéteis raiados, outra para cartuchos limados, etc. Mesmo que a simplificássemos com uma política contra munição modificada em geral, ela continuaria sendo inadequada para expressar tudo o que está incluído no princípio de “evitar o sofrimento desnecessário”. Assim, correria o risco do erro introduzido pela segunda regra citada. “Não lançar material bélico a menos de 500 metros de áreas construídas” é, provavelmente, uma boa regra geral. Contudo, sem dúvida, ela não deve ser aplicada a *todos* os casos. O alvo visado às vezes justificará esse risco. Ou as áreas construídas talvez sejam habitadas apenas por combatentes. Talvez tenham sido abandonadas pelos antigos moradores. Regras definidas e fixas como essa se mostrarão inadequadas em muitos casos.



Departamento de Defesa

Soldado segura a mão de um iraquiano ferido, depois da explosão de um carro-bomba em um cruzamento em Tameem, Ramadi, no Iraque, 10 Ago 06.

A regra relativa à utilização de herbicidas parece se aproximar de um princípio, já que ela requer certo grau de discernimento ou interpretação para determinar o que significa “no entorno imediato”. Como está expressa em termos de uma proibição rigorosa, ela assume a forma de uma regra. Ao fazê-lo, suscita o equívoco. O que significa “entorno imediato”: o alcance de uma granada de mão, o alcance de armas portáteis, o alcance de utilização da arma que produza o maior número de baixas? Embora também exijam esse tipo de interpretação, os princípios buscam ensinar o discernimento em vez de eliminá-lo. Buscam incentivar em vez de compelir. Em suma, estimulam a conduta ética.

Uma EPM Deve ser Internalizada; Não Apenas Decorada

A ética profissional militar do Exército não é apenas algo para o soldado decorar. Ele deve internalizá-la. Os Estados Unidos são uma nação de extrema diversidade. Os integrantes da nossa profissão ingressam nela com visões de mundo e crenças éticas diferentes, algumas das quais não estão de acordo com a ética do Exército. Não obstante, a meta final da nossa ética profissional militar é que os soldados não simplesmente ajam de acordo com esses princípios, mas que os internalizem. Por *internalizar*, entende-se que os integrantes da profissão acreditem, verdadeiramente, que esses princípios sejam moralmente corretos e justos. Ao considerá-los justos, buscarão entendê-los melhor e conformar suas ações a eles. O primeiro passo rumo à internalização consiste na educação e no treinamento. A compreensão moral necessária para se fazer um juízo moral correto requer muito estudo. Para que fomente tal compreensão, uma expressão da ética profissional militar deve não apenas esclarecer, mas também promover a reflexão e o diálogo sobre os princípios morais que regem nossa profissão. Só dessa forma ela poderá estimular o profissional a, de fato, internalizá-los.

Depois de explicar e ensinar a ética profissional militar, o passo seguinte rumo à internalização é a formação de hábito. Com o tempo e com o reforço e a correção, nossos soldados converterão esses princípios em tal hábito que passarão a

realizar de forma rotineira as ações por eles ditadas. Idealmente, isso levará à internalização. Não só agirão de acordo com eles, mas também irão acreditar, verdadeiramente, que eles são os princípios morais corretos. Tal crença não pode ser fabricada: deve advir da experiência de se entender a verdade em ação.

Precisamos tomar três passos para promover o desenvolvimento moral da nossa profissão. Primeiro, devemos gerar uma abordagem simples e inspiradora da ética profissional militar, que seja fácil de lembrar e de entender. Segundo, precisamos gerar uma descrição mais longa e mais aprofundada dessa ética, que forneça a fundamentação dos princípios inclusos na versão resumida. Ela deve explicar os princípios de forma mais completa e ajudar a nossa profissão a determinar as ações que deles decorrem e como aplicá-las. Terceiro, precisamos reforçar a ética profissional militar em todos os aspectos do serviço militar, incluindo as atividades na caserna, os exercícios de campanha e os desdobramentos.

O êxito nesse empreendimento promete uma grande recompensa. Os benefícios internos de se expressar essa ética irão:

- Oferecer um veículo para a compreensão e a internalização dos nossos valores essenciais.
- Unir as diversas subprofissões (isto é, as várias Armas) em torno de um propósito.
- Possibilitar o desenvolvimento moral de cada profissional, individualmente.
- Inculcar a confiança moral em nossos soldados.
- Aprimorar consideravelmente o desempenho moral dos nossos soldados.
- Melhorar a relação de confiança com a nossa clientela, o público norte-americano.
- Melhorar nosso status como profissão, alinhando-nos com outras profissões estabelecidas (e ajudando a minimizar preocupações quanto ao fato de constituirmos ou não uma profissão).
- Servir de modelo para as forças militares de outras nações, que estejam empenhadas em se profissionalizar e em discernir as implicações morais da profissão das Armas.

Considerando que o Exército dos EUA adentra seu 236º ano de existência, está na hora, sem dúvida, de expressarmos claramente nossa ética profissional. **MR**